

NOTA PÚBLICA

PELO DIREITO DE SER EDUCADOR/A E EXERCER A NOSSA PROFISSÃO

Em pesquisa recentemente divulgada nos grandes meios de comunicação, feita por uma fundação internacional que comparou 35 países, o Brasil é o último país do ranking sobre o prestígio da profissão de professor. Ficamos atrás, por exemplo, de países como a Argentina, a Colômbia, o Peru e o Panamá, só para citar os nossos vizinhos da América Latina. Essa informação ganha contornos ainda mais dramáticos quando o comparamos com a última pesquisa realizada pelo mesmo levantamento em 2013 sobre essa questão: conseguimos piorar ainda mais em 5 anos.

Falta de respeito dos alunos, salários insuficientes e uma carreira pouco segura formam a percepção de como a sociedade brasileira enxerga a nossa profissão de professor/a. Esse desprestígio atinge em especial a profissão do magistério, mas não somente. Todos/as os/as trabalhadores/as em educação sofrem por terem que trabalhar em um ambiente precarizado e de violência que, durante os anos, vem se consolidando. E os ataques promovidos contra professores/as, como os do Movimento Escola Sem Partido, conhecidos no Brasil como defensores das Leis da Mordaza e que se proliferam em proposições legislativas em vários municípios e se tenta aprovar no Congresso Nacional, só pioram e empurram o país para essa situação explicitada no levantamento internacional.

O Conselho Nacional de Entidades – CNE, instância deliberativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, que reuniu em Curitiba/PR nos dias 8 e 9 de novembro de 2018 mais de 150 representantes de suas entidades de base filiadas de todo o Brasil, denuncia esses ataques sucessivos que forjam um caldo cultural ameaçador ao próprio exercício da profissão dos/as professores/as pelo país afora. Incitar que estudantes gravem e filmem seus professores/as para denunciá-los/as contribui com esse ambiente: práticas de vigilância e perseguição contra esses tão importantes profissionais chegaram ao cúmulo de encontrar eco em palavras e posicionamentos explícitos de figuras recentemente eleitas para exercerem cargos públicos, como é o caso de uma futura deputada estadual em Santa Catarina ou do próprio futuro Presidente da República.

A liberdade de ensinar garantida no texto de nossa Constituição Federal não basta e não parece ser suficiente para que essas figuras públicas e esses movimentos se contentem e parem com esse achincalhamento público com uma profissão que conta, ademais, com um dos maiores índices de adoecimento de trabalho em decorrência das condições precárias a que estamos submetidos na maior parte do país. Os/as trabalhadores/as em educação exigem respeito ao seu ofício e dele não abrirão mão. Defenderemos nosso trabalho e o direito de exercê-lo em paz e com dignidade.

Pela liberdade ensinar e pela liberdade de aprender! Por uma escola plural que respeite as diferenças, não nos abaterão com o medo que nos querem impor! O nosso trabalho é formar cidadãos e cidadãs livres e, só por isso, a luta pela liberdade dentro da sala de aula, no nosso “chão de fábrica”, já basta e é suficiente para nos mover! Exigimos exercer nossa profissão sem medo de sermos perseguidos!

Curitiba, 09 de novembro de 2018

Conselho Nacional de Entidades - CNE da CNTE